



Michéle Barreto Justus  
(Organizadora)

# Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Michéle Barreto Justus  
(Organizadora)

# Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
F723	Formação de professores e a condição do trabalho docente 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-441-2 DOI 10.22533/at.ed.412190507  1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série.  CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Abordar o tema “formação de professores e a condição do trabalho docente”, especialmente nos tempos hodiernos, é uma tarefa complexa e delicada. Complexa porque envolve elementos de natureza múltipla, que se fundamentam e se desenvolvem a partir de aspectos legais, sociais, humanos, econômicos, estruturais; e delicada, porque necessita de uma visão crítica sobre a realidade, a fim de buscar olhares e ações sobre os elementos que agregam e se inter-relacionam no campo educacional.

Assim, no intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre assuntos tão plurais e possibilitar uma leitura mais prática e agregadora, este livro traz 53 artigos organizados em dois volumes, levando em conta a proximidade dos temas apresentados.

No volume 1, os temas discutidos giram em torno de assuntos relacionados à formação de professores, especialmente no que diz respeito às experiências *da* e *na* formação inicial e continuada, além da gestão democrática.

No volume 2, os autores apresentam seu trabalhos sobre assuntos pertinentes às relações estabelecidas entre educação, formação docente e uso das tecnologias, trazendo contribuições valiosas para a leitura de temas acerca do trabalho docente.

Abordam as transformações ocorridas nesse campo discorrendo sobre a precarização do trabalho, o adoecimento dos professores e a desconsideração dos saberes docentes até chegar à falta de autonomia destes profissionais; apresentam também diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos que podem se transformar em estratégias úteis para a melhoria do desempenho discente, assim como trazem à tona estudos sobre a inclusão e o trabalho docente.

Por fim, esta obra caracteriza-se como um rico instrumento para a leitura de profissionais da área da educação ou pessoas que tenham alguma relação com o trabalho docente, pois propicia importantes reflexões acerca do multifacetado cenário educacional.

Michéle Barreto Justus

## SUMÁRIO

### TRABALHO DOCENTE

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INTERATIVIDADE E A SOBRECARGA DE TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE A ATIVIDADE DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.4121905071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”	
Joceli de Fatima Arruda Sousa Thais Fernanda dos Santos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4121905072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
ADOCIMENTO DE PROFESSORES/AS: O PROCESSO E O CONTEXTO PÓS-READAPTAÇÃO FUNCIONAL	
Cristino Cesário Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.4121905073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: OFÍCIO DOCENTE E CONSTITUIÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS	
Marta Campos de Quadros Yoshie Ussami Ferrari Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4121905074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
INTERPRETANDO O TRABALHO DOCENTE: ABORDAGENS POSSÍVEIS A PARTIR DOS ESTUDOS DE NORBERT ELIAS	
Mirna Ribeiro Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4121905075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
O PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: INVESTIGAÇÃO DE ALGUMAS DIFICULDADES RELATIVAS A ESSE CICLO DE ESTUDO	
Sergio Bitencourt Araújo Barros João de Deus Dias de Sousa Filho Francisco de Assis Araújo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.4121905076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	
Erlando da Silva Resês Walace Roza Pinel	
DOI 10.22533/at.ed.4121905077	

**CAPÍTULO 8 ..... 83**

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IPIAÚ – BA

Nauseli de Souza Almeida  
Talamira Taita Rodrigues Brito

**DOI 10.22533/at.ed.4121905078**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA E O ADOECIMENTO DOCENTE

Anna Paulla Artero Vilela

**DOI 10.22533/at.ed.4121905079**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

REFORMA CURRICULAR E CONFLITIVIDADE DOCENTE: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA NA REDE OFICIAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Thiago Figueira Boim

**DOI 10.22533/at.ed.41219050710**

**CAPÍTULO 11 ..... 121**

SICREDI E O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA: A INFLUÊNCIA DA LÓGICA PRIVADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Leila Duarte Reis  
Daniela Oliveira Lopes  
Vanessa Silva da Silva  
Susana Schneid Scherer  
Maria de Fátima Cóssio

**DOI 10.22533/at.ed.41219050711**

**CAPÍTULO 12 ..... 136**

TRABALHO DOCENTE, POLÍTICAS GERENCIALISTAS E CURRÍCULO: POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANA

Cristiane Bartz de Ávila  
Ângela Mara Bento Ribeiro  
Maria de Fátima Bento Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.41219050712**

**METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS: ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DISCENTE**

**CAPÍTULO 13 ..... 148**

DISPOSITIVOS ELABORADOS PARA LECIONAR ELETROQUÍMICA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

Marcelo Monteiro Marques  
Gabriel Carvalho de Lima

**DOI 10.22533/at.ed.41219050713**

**CAPÍTULO 14 ..... 162**

ESTUDO DE CASO: UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM PRÁTICAS DE LABORATÓRIO

Ricardo Luiz Perez Teixeira  
Cynthia Helena Soares Bouças Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.41219050714**

**CAPÍTULO 15 ..... 170**

GINCANA DO pH: ATIVIDADE MOTIVADORA PARA UM SÁBADO LETIVO NO IFPB - CATOLÉ DO ROCHA

Tainá Souza Silva  
Raquel Ferreira Dantas  
Misael Warly Maia Pereira  
Alexsandro Trindade Sales da Silva  
João Jarllys Nóbrega de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.41219050715**

**CAPÍTULO 16 ..... 176**

MERCADO DE ENERGIA – UMA ESTRATÉGIA LÚDICA PARA INTRODUIR O METABOLISMO COM ENFOQUE NA ADENOSINA TRIFOSFATO (ATP)

Flávia Carvalho Aguiar  
Ingrid Araújo Palhano  
Eloíse Batista Toletino de Melo  
Luana Lorryne de Faria Martins  
Ana Carolina Goulart  
Andreia Laura Prates Rodrigues  
Leda Quércia Vieira

**DOI 10.22533/at.ed.41219050716**

**CAPÍTULO 17 ..... 183**

NUMEROX CINÉTICO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE CINÉTICA QUÍMICA EM UMA TURMA DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA

Francisco de Assis Araújo Barros  
Patrícia Ribeiro Leal  
Sergio Bitencourt Araújo Barros  
Janaine Marques Leal Barros

**DOI 10.22533/at.ed.41219050717**

**CAPÍTULO 18 ..... 194**

O LÚDICO COMO ATIVIDADE AVALIATIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: ESTUDO DE CASO NUMA TURMA DE PROEJA DO IFPI

Francisco de Assis Araújo Barros  
Lívia Maria de Moura Pimentel  
Sergio Bitencourt Araújo Barros

**DOI 10.22533/at.ed.41219050718**

**CAPÍTULO 19 ..... 201**

POTENCIALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE SÍNTESE DE PROTEÍNAS, UTILIZANDO MÚSICA COMO ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR

Fabiana América Silva Dantas de Souza  
Vaniele Maritissa da Silva  
Josilene Maria Silva do Nascimento  
Wanessa Mayara da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.41219050719**



<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
SIMULADORES PARA SMARTPHONES: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DO ELETROMAGNETISMO E CIRCUITOS ELÉTRICOS	
Marcos Antônio Vieira da Silva Antônio Edenilton Leite da Silva Jailson da Silva Soares Isaiane Rocha Bezerra Haroldo Reis Alves de Macêdo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41219050720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>218</b>
TRABALHANDO CIÊNCIAS COM TURMAS MULTISSERIADAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM OFICINAS PEDAGÓGICAS	
Yara Maria Amorim dos Santos Carla Caroline Santana da Silva Mateus Henrique Alves Marinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41219050721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA WEBQUEST PARA FACILITAR O ENSINO DE ISOMERIA ÓPTICA	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Alanis Luckwu da Silva Robson Cavalcanti Lins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41219050722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>230</b>
VÍDEOS MICROBIOLÓGICOS: APRENDENDO E ENSINANDO	
Agnes Kiesling Casali Patricia Costa Lima da Silva Luísa Lemos dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41219050723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
WEBQUEST COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE LIGAÇÕES QUÍMICAS	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Marcílio Gonçalves da Silva Robson Cavalcanti Lins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41219050724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>242</b>
MUSEU COMO ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E RELIGIOSA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INFORMAL	
Germana Ponce de Leon Ramírez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41219050725</b>	

# INCLUSÃO E TRABALHO DOCENTE POSSIBILIDADES DE RECURSOS E METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

## **CAPÍTULO 26 ..... 249**

A EFICIÊNCIA NO USO DO MODELO TRIDIMENSIONAL DA CÉLULA ANIMAL NO ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR PARA DEFICIENTES VISUAIS

João Pedro Cardoso de Macedo  
Ana Victória Carneiro de Araújo  
Wyadyson Francisco de Sousa Maciel  
Jeane de Oliveira Moura

**DOI 10.22533/at.ed.41219050726**

## **CAPÍTULO 27 ..... 259**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: MATERIAIS DIDÁTICOS CRIATIVOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Sérgio Marivaldo dos Santos  
Quélia de Souza Sabino  
Aldair Lucas Lopes da Silva  
Hércules Santiago Silva

**DOI 10.22533/at.ed.41219050727**

## **CAPÍTULO 28 ..... 263**

UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS

Angela Maria de Sousa e Silva  
Jeanne Denise Bezerra de Barros  
Sabrina Nogueira da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.41219050728**

## **CAPÍTULO 29 ..... 275**

USO DE TABULEIRO NO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Joaquina Maria Portela Cunha Melo  
Gabrielle Cristina de Melo Oliveira  
Marcela Oliveira de Sousa  
Bruna Moura Cardoso Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.41219050729**

## **SOBRE A ORGANIZADORA..... 279**

## ADOCIMENTO DE PROFESSORES/AS: O PROCESSO E O CONTEXTO PÓS-READAPTAÇÃO FUNCIONAL

### **Cristino Cesário Rocha**

Possui formação filosófico-teológica. É professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Especialista em: Administração da Educação (UnB); Educação na Diversidade e Cidadania com Ênfase na Educação de Jovens e Adultos (UnB); Escola, Democracia e Educação (UNITINS/SINPRO-DF); Culturas negras no atlântico: História da África e afro-brasileiros (UnB). É Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. cristino.arcanjo@gmail.com

**RESUMO:** Há uma realidade de readaptação funcional na rede pública de ensino do Distrito Federal, decorrente, em geral, das condições de trabalho e seu entorno. O estudo tem por objetivo identificar, compreender e analisar o processo de readaptação funcional de professores/as de três escolas da rede pública do DF; articulando as condições de trabalho, adoecimento e o pós-readaptação com seu desdobramento pessoal e interpessoal. O trabalho proposto é uma reflexão do processo e da vivência pós-readaptação de professores/as da escola pública do Distrito Federal, tendo como procedimento metodológico, o questionário com questões abertas que orientam essa discussão. A conclusão aponta para a exigência de uma maior valorização, respeito e política específica para o segmento de professores readaptados, a fim de que se garanta uma

qualificação à “nova função” e torne a vida no trabalho mais prazerosa e realizadora do ponto de vista pessoal e social. Deve-se conceber o readaptado/a não como produto de bem-estar e/ou rebotalho, mas como pessoa ferida em sua dignidade que precisa ser reconhecida e respeitada na condição/situação em que se encontra no âmbito da relação de trabalho e em outros espaços. Considera-se que a prevenção ao adoecimento é indispensável no âmbito de políticas educacionais necessariamente de caráter intersetorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** doença, professor, readaptação funcional.

**ABSTRACT:** There is a reality of functional readaptation in the public school system of the Federal District, resulting, in general, from the working conditions and its surroundings. The objective of this study is to identify, understand and analyze the process of functional readaptation of teachers from three schools in the public network of the Federal District; articulating the conditions of work, illness and post-rehabilitation with their personal and interpersonal unfolding. The proposed work is a reflection of the process and the post-rehabilitation experience of teachers of the public school of the Federal District, having as methodological procedure, the questionnaire with open questions that guide this discussion.

The conclusion points to the requirement of a greater appreciation, respect and specific policy for the segment of readapted teachers, in order to guarantee a qualification to the “new function” and make life at work more enjoyable and fulfilling from a personal and social point of view. The readapted should not be conceived as a product of benesse and / or rebotalho, but as a person injured in his dignity that needs to be recognized and respected in the condition / situation in which he is in the scope of the employment relationship and in other spaces. It is considered that prevention of illness is indispensable in the context of educational policies that are necessarily intersectoral in character.

Saúde, com relação ao trabalho, abrange não só a ausência de afecções ou de doenças, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e a higiene no trabalho – (OIT, 1981, art. 3)<sup>1</sup>

Falar sobre a condição do outro (processo e contexto pós-readaptação funcional), estando na mesma situação, parece-me, a rigor, redundância. Entretanto, trata-se de uma redundância dinâmica e impactante. Falar com os pares, sendo professor que adoeceu e adoce no exercício da profissão professor assume uma importância maior pelo fato de se estabelecer uma comunicação entre pares que sofreram e sofrem a mesma mazela, daí a proeminência de um texto que dialoga com a vida. Nesta reflexão o autor é coautor e partícipe de uma dramaticidade da vida que se revela cada vez mais atual em um contexto da escola pública brasileira e mais especificamente do Distrito Federal maltratada por lideranças políticas descomprometidas com a educação pública e a tudo o que remeta ao público. A condição de coautoria se dá enfaticamente em contexto de trabalho com toda a densidade do que Engels (1990, p. 19) considera ser o trabalho “fundamento da vida humana e sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem”. É na criação, recriação, sofrimento e realização que cada pessoa e particularmente professores/as se constituem no mundo do trabalho como profissão distinta da função clerical.

É fato que se adoece em meio às reais condições de trabalho e essa decorrência nem sempre é reconhecida por peritos da saúde e por gestores/as em suas várias instâncias administrativas e pedagógicas. É mais vantajoso a distintos governos (municipais, estaduais, federal e do Distrito Federal), ao sistema educacional e aos peritos da saúde atribuírem ao profissional da educação que adoece a “culpa” à realidade externa do mundo do trabalho como justificativa para escapar da corresponsabilidade com o processo de adoecimento e de sua superação, reforçando ainda mais o sofrimento.

Esse contributo traz à tona vozes de professoras que adoecem no exercício da profissão professor e que dialogam com alguns autores/as e algumas leis. A proposta

1. O art. 3 da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil em 18 de maio de 1992 concebe saúde como decorrente de aspectos amplos, inclusive com estreito vínculo com a qualidade de vida e bem-estar integral. Essa convecção aprovada por Decreto Legislativo n. 2, de 17 de março de 1992, do Congresso Nacional e com vigência nacional em maio de 1993 ainda não é assumida de fato por sucessivos governos brasileiros.

é fazer uma discussão sobre o sofrimento dessas profissionais, dando relevo ao processo de adoecimento, suas queixas e realizações a partir do que estão assumindo na condição de readaptados funcionais.

Dialogo com três professoras de uma escola pública do Distrito Federal, adotadas como base de análise, entre dez escolas e 30 professores/as pesquisados/as, preservando suas identidades classificando em professoras A, B e C. A pesquisa teve seu desdobramento entre maio e julho de 2017. O perfil dos professores/as em seu conjunto é entre 31 e 60 anos de idade, maioria professoras, entre 16 e 29 anos de atuação na rede pública e com formação superior seguida de pós-graduação *lato sensu*. Todos/as os pesquisado/as foram receptivos/as à pesquisa. Fato curioso é que os/as pesquisados/as são majoritariamente da área de ciências sociais.

Neste sentido, faço uma incursão nos seguintes momentos articulados: uma breve introdução em que evidencio elementos gerais do estudo; as maiores dificuldades no processo de readaptação: as vozes de professoras que expressam suas concepções e vivências ao longo do adoecimento e das respectivas readaptações; o contexto pós-readaptação onde se dá a vivência mais direta do que é, está sendo e representa a condição do/a readaptado/a e considerações finais aponto uma impressão do contexto das condições de professores/as e a necessidade de um novo olhar, uma nova postura e de uma nova prática de níveis institucionais e do indivíduo em relação a esse segmento adoecido. Assim, inicio com uma incursão no processo.

## 1 | AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE READAPTAÇÃO

Sentir-se imerso em dificuldades na condição de professor/a da educação básica pública, seja em qualquer lugar, e mais precisamente no contexto da escola pública do Distrito Federal precede o fato da readaptação funcional. Ser readaptado é, antes de tudo, tomada de consciência de tornar-se readaptado/a em dadas condições existenciais, materiais, administrativas e pedagógicas concretas ao longo da experiência laboral no exercício da profissão professor.

Essa consciência é insuficiente, é preciso alargar no sentido do que Freire (2000, p. 90) alerta ao fato de ser “a consciência de mim e dos outros situada no mundo e com o mundo”

Esse nível de consciência proposto por Freire tem uma força importante no processo de tomada de consciência de si e dos outros no contexto de readaptação funcional de professores/as da escola pública do Distrito Federal e, sem dúvida pode ser recontextualizado em outras vivências locais e nacionais.

Tornar-se readaptado/a é um processo que implica em dificuldades dos sujeitos adoecidos na busca de humanização das diversas relações e sem dúvida, essas buscas são condicionadas por conflitos e contradições entre professor-professor e professor-instituição, cuja instituição tem avaliado a saúde do trabalhador/a em nível puramente

técnico em detrimento do cuidado e no nível do indivíduo, tem-se dificuldade de ver no par uma pessoa humana com limitações, mas não inválida.

A visão que se tem sobre o readaptado/a pelos próprios colegas de trabalho impacta positivamente ou não na vida do trabalhador/a. A questão “o que é ser readaptado/a para você e quais as maiores dificuldades que se enfrentou ao longo do processo de readaptação” revela um pouco do que uma visão e tipo de relação que podem influenciar na vida de professores/as readaptados/as. A situação vivenciada produz uma visão sobre si mesmo.

No início foi difícil, me sentia inútil, achava que não poderia contribuir com mais nada. Hoje, já me conformei, pois encontrei apoio e uma atividade prazerosa, de acordo com a minha formação. (Professora A)

Ao sentir-se “inútil” e sem condições para contribuir, traduz uma sensação de insegurança, incerteza, de vazio e expressão do sofrimento ante uma nova perspectiva de atuação. Não é fácil para nenhum readaptado/a deixar a sala de aula, lugar por excelência de sua atuação e pelo qual foi designado/a em concurso público. Estar conformada pode ser indício de que a situação vivenciada não tenha no momento outra saída. Pode traduzir também, entre outras possibilidades certa impotência ante a realidade em que se vive.

O sentimento dessa professora tem a ver com o processo de sua readaptação que não foge muito do que considera maiores dificuldades enfrentadas ao longo do adoecimento e de sua readaptação:

“As maiores dificuldades foram acostumar com o termo readaptado; achar que não teria mais utilidade; a desconfiança de alguns colegas em relação ao meu estado de saúde e por fim encontrar uma função dentro da escola que me satisfizesse e não me rotulasse de encostada”.

Dois aspectos possuem relevo no processo e no pós-readaptação: a visão/ relação com os colegas de trabalho e o que fazer fora do âmbito do ensino em sala de aula. A sensação de inutilidade funde-se à ausência de atividade compatível com a formação do professor/a readaptado. Além da dificuldade de encontrar uma atividade condizente e condigna com seu perfil e profissão, a professora queixa-se de atitudes de professores/as que colocam em dúvida situação de adoecimento da mesma. Fato importante nesta queixa é que não são todos/as professores/as que duvidam do problema enfrentado pela professora, muito presente no que diz “desconfiança de alguns colegas”. Entretanto, a dor moral soma-se à dor física, social, psíquica, etc.

Em contribuição de professora “B” há dados que intercambiam o físico com o psicológico. A professora expressa seu entendimento:

“Ser readaptada para mim é possuir algumas limitações, sejam elas físicas ou psíquicas. (Professora B)

Ao dizer limitações no plural entrever que a readaptação funcional abarca uma série de problemas, entre os quais emocionais e físicos que exigem certas medidas e que Gomes (2013, p. 38) apresentam um conceito oficial de readaptação: “readaptação

funcional é o conjunto de medidas que visa o aproveitamento compulsório do servidor, portador de inaptidão e/ou restrições definitivas para sua atividade laborativa”.

Sendo para a concepção oficial readaptação funcional medida de aproveitamento compulsório do servidor, para muitos readaptados é via-crúcis na media em que não se pense uma política específica para esse segmento que favoreça a sua atuação qualificada e prazerosa.

No tocante ao que fazer no processo e no contexto pós-readaptação, preocupação enfatizada pela professora “A” tem uma explicação do ponto de vista legal, precisamente na Lei Complementar n. 840 (DF, 2011, Art. 277):

O servidor efetivo que sofrer redução da capacidade laboral, comprovada em inspeção medida, devem ser proporcionadas atividades compatíveis com a limitação sofrida, respeitada a habilitação exigida no concurso público. O parágrafo único é enfático quanto a remuneração: “o servidor readaptado não sofre prejuízo em sua remuneração ou subsídio.

A impressão da professora “B” aproxima-se do sentimento da professora “A”. A primeira sente que haja dúvida de colegas no que diz respeito ao adoecimento, principalmente quando emocional. A segunda, “B” traz à baila a visão dos que representam a instituição médico-pericial:

A maior dificuldade ao longo do processo de readaptação é você provar para o serviço médico a sua doença. Como o emocional não é visível, como por exemplo, um problema físico que você prova através de raios-X, você enfrenta uma luta muito grande contra o sistema e às vezes até os próprios colegas. (Professora B)

Provar o adoecimento aos colegas e serviço de perícia médica parece-me mais um desrespeito a quem já padece de adoecimento em contexto de trabalho. Na relação de trabalho não se deve provar absolutamente nada. A prova é a própria situação vivenciada pelo professor/a diuturnamente na escola sem segurança, sem condições existenciais, físicas, psicológicas e estruturais de trabalho e muitas vezes sob pressão administrativa. O professor/a precisa provar a si mesmo/a que está doente e que precisa de ajuda, tendo no acompanhamento médico-psicológico e psiquiátrico a prova em relatório da condição do paciente.

A chegada ao estágio de busca de cura em diferentes especialidades passa primeiramente pela aceitação de que se está precisando de ajuda, primeiro passo para uma possível cura; mas, evidentemente, readaptação não se confunde com cura. Talvez seja esse um dos mal-entendidos tanto dos que atuam no serviço de perícia médica quanto dos colegas de trabalho. É no mínimo desumano pressionar o readaptado a não apresentar novamente atestados da mesma especialidade em que foi readaptado/a.

O entendimento vivencial do que seja ser readaptada, assim como o seu percurso e percalço tem na professora “C” um repertório também significativo.

A compreensão dessa professora do que seja readaptado faz uma crítica à sua condição de readaptada dentro de uma estrutura escolar e do sistema educacional ainda distante de uma promoção de bem-estar do trabalhador/a da educação:

Ser readaptado é o exercício adaptado do cargo que eu exercia anteriormente, ou seja, é o exercício de atividades afins. Entretanto, na Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), as atribuições dadas ao professor readaptado, muitas vezes estão muito distantes do exercício do magistério. Nesse sentido, ser readaptada é muito difícil porque diuturnamente enfrento uma série de obstáculos para não ficar na escola exercendo o ócio. (Professora C)

A contribuição posta pela professora “C” tem um desdobramento muito importante: a preocupação com o estar atuando de maneira qualificada e qualitativa, o que desmente possível generalização e leviandade de que readaptado “não quer trabalhar”. Em outra perspectiva, a professora coloca em xeque o tipo de atividade existente na escola que em pouco ajuda no exercício do professor/a readaptado/a.

No que diz respeito às atividades, a Portaria nº 13, de 17 de janeiro de 2017<sup>2</sup> identifica setores de atividades que podem ser exercidas pelos readaptados/as, entre as quais biblioteca, Sala de Recursos, Laboratórios, Videoteca, Apoio à Direção, Coordenação, etc. Essas atividades de acordo com o documento devem ser apresentadas em Proposta de Ação pelo readaptado/a no interior da escola em que atua. Esse procedimento pode sinalizar uma “resposta” ao readaptado/a e mesmo ao gestor/a da unidade escolar à necessidade de se estabelecer atividade laboral para evitar a instituição do “professor/a faz tudo” e “quebra galho”.

Por outro lado há que ter cautela em relação às leis e às portarias, de maneira que a Portaria em evidência precisa ser repensada e melhorada paulatinamente ao considerarmos o contexto prático. O capítulo V – Das Normas para Modulação, prevê quantitativo de readaptados por Unidades Escolares. O problema desse procedimento é que excedendo professores/as em uma escola x corre-se o risco de ser devolvido/a para lotação em outra escola ou mesmo Coordenadoria Regional de Ensino, o que, para quem já sofre mazelas de toda ordem, pode agravar o quadro de adoecimento.

É muito comum atribuir às leis, aos decretos e às portarias uma força mágica de mudança em algum setor da vida humana incalculável. Pode-se apostar nesses recursos, mas não podem ser apropriados como única solução a problemas graves multidimensionais e multifacetados. Esse entendimento é alimentado pelo que Barreto relaciona normas e sujeito adoecido:

As normas relativas à saúde do servidor público, particularmente do trabalhador em educação, podem ser resumidas, sem exagero, a um pequeno punhado de artigos do Regime Jurídico Único do Servidor Público, que trata da licença médica, da aposentadoria, e faz remissão à readaptação funcional apenas do trabalhador quando já adoecido e, às vezes, já inválido, sem que se atente para evitar o adoecimento (BARRETO *et al*, 2010, p. 16).

O descompromisso de governos com a educação pública em geral e particularmente com os professores/as é vetor de adoecimento, por isso leis, decretos e portarias se esvaziarem em um contexto de trabalho docente sem as condições

---

2. A Portaria Nº 13, de 17 de janeiro de 2017 é um anexo à Portaria Nº 12, de 13 de janeiro de 2017. O anexo inclui roteiro para formulação de proposta de trabalho e formulário de pontuação. Importante é saber que portarias e leis não solucionam o adoecimento. É preciso de ações mais efetivas no sentido de melhorar as condições de trabalho que incidam no bem-estar do trabalhador/a.



preventivas do adoecimento.

Como processo e em decorrência de problemas estruturais e de conjunturas específicas, o adoecimento não pode ser solucionado apenas por decretos e leis, nem tão pouco com instrumentos legais que exerçam mais uma ação contraproducente que em nada ajuda na melhoria da qualidade de vida e bem-estar do trabalhador/a.

No contexto de uma avaliação sobre as mazelas vivenciadas por professores/as no trabalho, Abdalla (2010) evidencia uma proposição que tende a superar uma visão estritamente legalista:

É preciso formular uma política de saúde que não só promova a redução dos riscos de doenças ocupacionais, mas privilegie o bem-estar físico, mental e social do trabalhador. Para isso, é necessário que se reflita coletivamente sobre o significado da relação trabalho e saúde no interior das instituições educacionais e que se viabilize a construção de um modelo de gestão que possibilite ampliar e consolidar a cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos e da saúde dos trabalhadores (ABDALLA, 2010, p. 87).

Na ausência do Estado, o Sindicato dos Professores – SINPRO/DF tem assumido seu papel estabelecendo o debate e o enfrentamento com governos sobre a questão da saúde do trabalhador/a. Barreto *et al* (2010, p. 17) é enfático neste ponto:

Tendo em vista a omissão governamental, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF)<sup>3</sup> criou uma secretaria específica para tratar do tema, responsável pela contratação de especialistas nas áreas jurídica e clínica do trabalho para o atendimento de professores.

É importante salientar que em nenhum momento o sindicato substitui governos e os/as diretores/as sindicais têm consciência disso. As ações em cada secretaria são independentes das ações governamentais.

A professora “C” apresenta uma trajetória de sua readaptação que constitui-se como uma das exceções ao constatar a dimensão do respeito como uma marca positiva de sua incursão à perícia médica, apesar da morosidade do processo:

Acho que o meu processo de readaptação foi relativamente tranquilo, não me senti maltratada pela perícia, tampouco desrespeitada. Apesar disso, foi um processo muito lento, durou cerca de 4 anos entre idas e vindas.

Essa experiência denota que haja exceções na relação doente-perícia, mas há que problematizar se se trata de um respeito estendido a todos/as profissionais da educação. Há satisfação de todos/as na hora do atendimento na perícia médica?

O cuidado com o trabalhador/as no exercício de sua função como pressuposto da ação institucional e no nível do indivíduo, para além e oposto à punição e à estereótipos, deve ocorrer no conjunto das ações que se dão no interior da escola, das inspeções médicas e de seu entorno. A dimensão do cuidado, quando assumida no trato dos professores/as da escola pública e utopicamente da comunidade escolar

3. O Sinpro/DF é um dos sindicatos no Brasil que possui maior abrangência de atuação. Possui várias secretarias articuladas no colegiado: Assuntos Culturais; Administração e Patrimônio; Assunto dos Aposentados; Assuntos de Saúde do Trabalhador; Assuntos de Etnia/raça e Sexualidade; Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras; Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Socioeconômicos; Conselho Fiscal; Finanças; Formação Sindical; Imprensa e Divulgação; Organização e Informática; Política Educacional e Política Social.

em seu conjunto, pode contribuir na prevenção de doenças acometidas no exercício da profissão e de outros problemas que afetam a escola pública como um todo. Esse entendimento encontra em Medeiros (2010, p. 40) uma aproximação ao que se entende por saúde do trabalhador: “Falar em saúde do trabalhador implica falar em qualidade de vida no ambiente de trabalho, englobando aí as relações e condições objetivas de trabalho, enquanto partícipes do processo de promoção da saúde”.

Qualidade de vida do trabalhador/a como pressuposto de uma vida saudável no ambiente de trabalho e fora dele parece, a rigor, não fazer parte do ideário e de práticas de sucessivos governos em seus diversos níveis (Federal, Municipal, Estadual, Distrital). Apesar de ausência de uma política específica que atenda esse segmento no sentido de se aperfeiçoar e qualificar as ações, a readaptação funcional constituiu-se em Medeiros (2010, p. 41) como “resposta na tentativa de readequar a atuação profissional do trabalhador acometido pelo adoecimento/limitação para o desempenho de suas atividades”.

A luta pela humanidade do outro, muito presente nos processos pedagógicos almejados na profissão professor, não está nem pode estar descolada da luta pela humanização do profissional da educação. Gusdorf (1970, p.56) dialoga com essa concepção ao considerar que “todo professor, seja qual for a sua especialidade, é acima de tudo um mestre de humanidade”. Em outras palavras, o professor/a propõe uma humanidade e ao mesmo tempo precisa ser reconhecido/a em sua humanidade.

Ser professor/a, antes de ser readaptado/a denuncia que se houve readaptação funcional no exercício da profissão, algo corroborou a essa nova situação vivenciada pelo profissional. Ademais, não se é readaptado/a em razão de uma alma benevolente, nem por motivação e desejo de quem adoecer, mas dadas as condições reais da vida no trabalho, o que não dispensam outras situações produtoras de adoecimento.

O que se avalia essencialmente, mais do que o resultado cabal de readaptação funcional, é o processo das relações, um estado de coisas ocorrentes ao longo da situação de adoecimento do professor/a. Nesse sentido, quais os desafios interpostos no processo de readaptação dos professores/as? Algumas vozes revelam um pouco desse processo.

As vozes das professoras que relataram o significado do ser readaptado/a e seu percurso se afirmam em um contexto pós-readaptação também marcado por desafios e realizações. O que dizem a esse respeito é assunto do tópico a seguir.

## **2 | O CONTEXTO PÓS-READAPTAÇÃO: DESAFIOS E REALIZAÇÕES**

O contexto pós-readaptação, em outras palavras: o real vivido após diversas incursões de idas e vindas ao serviço de inspeção médica, terapia, consultas periódicas e medicamentos marcam uma trajetória que não se encerra na readaptação. Tudo isso tem um sentido concreto e processual na vida dessas professoras que relatam

entendimentos sobre o ser readaptado/a, o processo de chegada à readaptação e por fim, como se encontram em suas respectivas escolas e atuação. Didaticamente persigo o mesmo caminho feito indicando as professoras com A, B e C.

Os desafios no pós-readaptação, assim como no próprio processo ao longo do adoecimento acompanhado por distintas especialidades e pela inspeção médica não são nem podem ser vistos como intransponíveis. Ao identificar desafios, experimentam-se realizações, de maneira que a professora “A” apresenta desafio acoplado à realização:

o desafio é acostumar com o termo readaptado e encontrar uma função na escola que atenda a sua condição” e as realizações “posso estudar mais, inteirar-me dos assuntos da escola e aprender novas atividades. (Professora A)

A readaptação, para essa professora, emerge como um aprendizado, uma possibilidade de estudar e se reencontrar em termo de atuação profissional. Realização que não pode ser equiparada a que ocorre e possa ocorrer na vida de professores/as que se realizam no ato mesmo de sua atuação em sala de aula.

A relação e as condições de trabalho no interior da escola podem ou não favorecer uma atuação do readaptado/a de maneira condigna. A professora “B” traz essa discussão ao apresentar o seguinte desafio pós-readaptação:

O desafio é você adaptar a outra função e /ou os colegas e a direção entenderem que você não pode e não deve ter contato direto com os alunos novamente. (Professora B)

O relato vivencial dessa professora traduz a necessidade e exigência de respeito à nova condição assumida em decorrência de adoecimento ao longo da atuação docente. Revela também que gestores/as das escolas públicas carecem de uma formação específica para lidar com as diferentes situações vivenciadas pelos colegas adoecidos/as seguida de compromisso do governo local no sentido de instrumentalizar a escola e os profissionais para atuarem com os já adoecidos e prevenir adoecimento de toda ordem. Denota também uma insensibilidade ante o sofrimento humano que parte de uma estrutura de poder de cima e chega ao local de trabalho com sua reprodução também perversa.

O tema saúde do trabalhador na educação pública deveria ser assunto indispensável de um programa de formação de gestores/as em suas várias instâncias. Ademais, o fato de se exigir “distância do estudante” tem que ver com a situação de adoecimento e não necessariamente com o estudante em si mesmo.

No que se refere à realização, a professora “B” alerta para a necessidade de “reconhecimento por algo realizado”. Parece-me compreensível que em situação de sofrimento e de desespero alguém sinta necessidade de reconhecimento, mas não para por aí. O reconhecimento é algo inerente à pessoa que estabelece relações humanas, a começar pelo reconhecimento de si como pessoa e não objeto, classe trabalhadora e não mera categoria profissional.

Os desafios expressos pelas professoras A e B têm uma extensão no que a professora C relata. Essa professora apresenta dois grandes desafios assim

evidenciados:

Meus desafios após readaptação, a meu ver, são pertinentes à compreensão do termo “técnico-pedagógico”. Esse termo não está bem definido dentro das unidades escolares, nem para o professor e nem para a equipe gestora. (Professora C)

O que se observa é que ao ser encaminhado/a às escolas para exercer “atividade técnico-pedagógica” não diz nada em termos de especificidade laboral. Para um melhor entendimento e atuação, há que precisar com maior clareza esse termo de maneira a vislumbrar uma ação também esclarecida. A equipe gestora, estando à frente da mediação administrativo-pedagógica, pode buscar junto aos órgãos competentes esclarecimentos sobre o que os readaptados podem fazer respeitando suas imitações. O que não dá é para ficar na inércia.

Outro desafio dessa professora é que “o professor readaptado/a precisa criar suas próprias estratégias de trabalho para continuar em exercício”. Esse sentimento traduz a dificuldade de se pensar junto com o readaptado o que fazer a partir do que se oferece como alternativa. O que não se pode é exigir do professor/a readaptado que encontre o que fazer por conta e risco. Não é da competência desse profissional criar mecanismos de atuação. Isso é uma função do executivo, embora o executivo possa atuar escutando demandas dos próprios sujeitos readaptados.

Em decorrência dos percalços vivenciados pela professora, a realização ainda está em curso, confirmada claramente no que se relata:

Em relação à realização, não consigo apontar nenhuma. O contexto de readaptação na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal é um desestímulo diário, não vejo outra saída que não seja mudar de órgão e exercer outra função que não fira minhas limitações de saúde.

A conclusão a que chegou essa professora reflete o sentimento de muitos professores/as em contexto de trabalho como tal. O absenteísmo tem maior proporção porque não atinge apenas readaptados, mas professores/as em geral que se encontram desestimulados em razão das condições de trabalho, de salário, etc. Essas vezes podem encontrar saídas na medida da luta e de ações possíveis.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências de inúmeros professores/as readaptados/as da rede pública de ensino do Distrito Federal não são suscetíveis de conclusões finais, por isso o que posso fazer é uma breve consideração provisória do que tomo como pontos comuns entre as três vozes. Essas vozes, reivindicam espaços de vida digna no trabalho e em outras dimensões da vida. Reivindicação que se faz e opera pela lógica de uma consciência de si, do outro e de um estado de coisas.

Há uma inteligibilidade no fato de ser o professor/a mais do que ato de ensinar, porque educador/a dentro e fora da escola, em múltiplos espaços. Ao educar como ato político-social e epistemológico, atua na condição de sujeito pensante, sujeito atuante

e que sente, dialeticamente.

Ao considerar a consciência do professor/a como relevante e imprescindível do processo de construção da realidade, tomo como ponto de partida a consciência de classe e como classe. A primeira diz respeito a uma consciência geral sobre distintas classes, a segunda se refere ao sentir-se, ver-se e lutar como classe. Neste modo de conceber Antunes (2015, p. 164) dialoga com o seguinte entendimento:

a consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo.

O entendimento de que o ser que trabalha, e muito particularmente professores/as readaptados/as da escola pública, pode e deve ter uma consciência de classe tem um impacto positivo na vida desses/as profissionais da educação: ajuda a estabelecer a discussão, a luta e a proposição que levem a uma práxis libertadora de certas amarras estruturais, pessoais e coletivas.

Outra perspectiva que soma-se à ideia de consciência de classe trabalhadora é que não existe consciência fora do mundo. Há sempre, em todo tempo e lugar algo de muito concreto que põe em evidência em sua forma teórico-ideológica sentimentos, ações e pensamentos. Nesse ponto, Antunes (2015) tem razão ao situar a consciência em contextos reais:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2015, p. 213).

A precarização do trabalho, na particularidade do contexto de trabalho docente, tem de fato produzida adoecimento de inúmeros professores/as. Políticas públicas de sucessivos governos que cobram ações e resultados sem contrapartida de investimento público no público somada com ausência de compromisso de governos degradam as relações trabalhistas e humanas em seu conjunto societário.

O adoecimento de professores/as, seja na rede pública de ensino do Distrito Federal, seja em outras unidades escolares do Brasil, tem sérios impactos em sua qualidade de vida e na ação pedagógica. Nesse sentido, em decorrência de ações limitadas e até equivocadas e ausência de ações governamentais, tende-se a crescer o estado de adoecimento docente em razão das precárias condições de trabalho.

Nesta perspectiva, o professor/a readaptado/a se encontra em meio a um estado de coisas que precisa ser entendido no conjunto. Primeiro que readaptado/a não deve ser visto como rebotalho ou inválido, nem como coitadinho/a, mas na condição de pessoa ferida em sua dignidade humana. É importante também a noção de que as vozes dos sujeitos que sofrem não são lamúrias nem fatalismo, mas denúncia ao que afronta a vida digna e ao mesmo tempo um apelo a que se ouçam essas vozes e se

busque melhorias que promovam bem-estar e qualidade de vida que possa reverberar em uma atuação prazerosa e qualitativa.

Um segundo entendimento é que readaptação não é benesse. Não se ganha readaptação como algo que redime o sistema de sua responsabilidade social. Da mesma forma, readaptação não é sinônimo de cura. Em casos de ausência de uma atuação efetiva do Estado no sentido de qualificar os profissionais da educação readaptados/as e instrumentalizar as escolas, o problema de saúde pode ser recorrente e até agravar. Mais do que isso, a escola pública precisa de ações de níveis governamentais para evitar a precarização e elevar o nível da qualidade social, política, cultural e epistemológica dos sujeitos beneficiários dos serviços públicos. Em um terceiro entendimento considero o que há de pontos comuns entre as professoras que seguramente são expressões do que sentem milhares de professores/as readaptados/as na rede pública de ensino do DF e de outros entes federados.

Um dos pontos comuns é que as professoras têm a consciência de que ser readaptado/a desafia a assumir uma nova realidade que não é paradisíaca. Esse nível de consciência pode estar conectado ao de classe trabalhadora aviltada em sua dignidade humana pelo sistema econômico e pelo modo de fazer política de sucessivos governos. Tomar consciência de um ser que trabalha em determinadas circunstâncias é fundamental para compreender a necessidade da luta como classe desqualificada, desrespeitada e precarizada por estruturas de poder opressivas. A condição do/a readaptado/a é processo que se dá em decorrência das condições de classe dentro de relações de poder.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas professoras, ficou patente que ambas possuem um sentimento de capacidade laborativa e de desejo de atuar em algo respeitadas as suas limitações. Isso significa que não se pretende ficar no vazio de uma experiência laborativa. O que todas reivindicam é qualidade nas relações e das condições de trabalho tendo como pressuposto basilar o respeito mútuo e a instrumentalização dos espaços e sujeitos educativos e de saberes.

Enfim, há possíveis caminhos a serem percorridos a partir das contribuições das professoras nesta discussão que se afigura mais como escuta de vozes que entrecruzam com alguns entendimentos teóricos: compreender o/a readaptado/a como pessoa humana ferida em sua dignidade que merece respeito. A ausência desse princípio produz desequilíbrio em todos os sistemas de vida e de relações.

Somada a essa dimensão do respeito, é importante que se mude a concepção sobre o professor/a readaptado/a no sentido de se compreender a sua trajetória de realização e sofrimento para acolher antes de enquadrar em caixas de preconceitos, dúvidas e estereótipos.

Em termos práticos, em nível institucional, do indivíduo e sindical pensar ações que promovam o bem-estar e a qualidade de vida aos trabalhadores da educação em seu conjunto e aos professores/as em sua particularidade, afim de que supere problemas já cristalizados e previna outros que possam emergir e/ou ressurgir no contexto do

trabalho docente. Fato que não se pode deixar de explicitar é que readaptação ocorre em processo de adoecimento e que as vítimas não podem ser responsabilizadas por um estado de coisas que produzem adoecimento e outras mazelas em níveis pessoais e societários.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Trabalhadores da educação: política de prevenção e atendimento à saúde. **Cadernos de educação**, Brasília, n. 22, p. 75-92, jan./jun. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARRETO, Maria José Correia et al. Uma experiência de atendimento à saúde dos/as educadores/as. **Cadernos de educação**, Brasília, n. 22, p. 15-26, jan./jun. 2010.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. **Diário Oficial do Distrito Federal**, nº 246. Brasília, 26 dez. 2011.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 12, de 13 de janeiro de 2017. Dispõe sobre os critérios para lotação, modulação, atuação e procedimentos de distribuição de carga/atividade dos servidores da Carreira Magistério Público do DF, readaptados, em exercício nas unidades escolares da rede pública de ensino do DF e nas unidades parceiras e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 17 jan. 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 13, de 17 de janeiro de 2017. Acrescenta os anexos II, III e IV à Portaria n. 12, de 13 de janeiro de 2017. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 18 jan. 2017.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 4ªed. Rio de Janeiro:Global Editora, 1999.

FREIRE, Paulo: Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GUSDORF, Georges. **Professores para quê?** Tradução de J. Bérnard da Costa e A. Ramos Rosda. Santos, SP: Martins Fontes, 1970.

GOMES, Thays Rettore Orlando Cabral Zocrato (org). Manual de Perícia Médica Oficial do GDF. Brasília: SEAP, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção 155**. Convenção Sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho. Genebra, 22 jun. 1981.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**MICHÉLLE BARRETO JUSTUS** Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-441-2

